

Diário do Legislativo de 10/05/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR ANTERIOR

6 - TRANSCRIÇÕES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS

ATA

ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 4/5/2005

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Leonardo Quintão, Edson Rezende e Jésus Lima e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Biel Rocha. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Leonardo Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofícios do Srs. José Carlos Laender de Castro (2), publicado no "Diário do Legislativo" do dia 28/4/2005; Reginal Barbosa, publicado no "Diário do Legislativo" do dia 29/4/2005; e dos Deputados Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e Alencar da Silveira Jr., Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, indicando, respectivamente, os Deputados Sebastião Helvécio e Alencar da Silveira Jr., para comporem o Comitê de Acompanhamento das negociações envolvendo autoridades e trabalhadores do setor metalúrgico para a manutenção das atividades produtivas da empresa Daimler-Chrysler no Município de Juiz de Fora. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.362, 4.378 a 4.381, 4.391, 4.441, 4.447 a 4.456, 4.477, 4.489, 4.526 a 4.535, 4.539 a 4.548, 4.557, 4.564 e 4.573 a 4.582/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão, no Município de Santa Rita do Sapucaí, para debater o desenvolvimento municipal a partir da indústria teconológica e sua experiência pioneira como arranjo produtivo local; Jésus Lima, em que solicita seja formulado apelo ao Ministério da Integração Nacional com vistas a que inclua o Município de Santo Antônio do Jacinto na área da SUDENE; e Leonardo Quintão (4), em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir o Decreto nº 44.044/2005, que disciplina a autorização para prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal; seja formulado apelo ao Secretário de Estado de Defesa Social com vistas a que verifique a possibilidade de expansão do Centro de Remanejamento da Secretaria de Segurança - CERESP-, do Município de Ipatinga; seja formulado apelo ao Secretário de Estado de Defesa Social com vistas a que verifique a possibilidade de implantação de uma unidade de Instituto Médico Legal no Município de Ipatinga; e seja formulado apelo ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana com vistas a que verifique a possibilidade de implantação de uma unidade do PSIU em Ipatinga. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a

presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente - Adalclever Lopes.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 10/5/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.907/2004, da Comissão de Educação, em que solicita ao Secretário de Ciência e Tecnologia e ao Conselho Estadual de Educação informações relativas à implantação de cursos de nível superior no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.964/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Chefe da Polícia Civil as informações que menciona, relativas à aquisição de placas de veículos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.991/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre a viabilidade de instalação de uma linha de ônibus circular ligando o bairro Jardim Montanhês ao centro dos Municípios de Ibitiré e Belo Horizonte. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.007/2004, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente do IEPHA informações sobre o projeto de revitalização do Parque das Águas de Caxambu. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.033/2004, da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita informação à Presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa sobre a retirada do programa Jornal Visual Minas que vinha atendendo à comunidade dos surdos do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.034/2004, da Deputada Maria Tereza Lara, em que solicita informações ao Diretor-Geral do DER-MG acerca do cumprimento da Lei nº 13.174/99, que dispõe sobre a proibição do transporte de passageiros em pé em veículos de transporte coletivo rodoviário intermunicipal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.966/2005, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Secretário da Fazenda informações sobre a aplicação das verbas captadas em 2004, por meio das taxas de segurança pública, contendo detalhamento da arrecadação e das despesas. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82 (Integra ao Sistema Federal de Ensino as Fundações Educacionais de Ensino Superior que optaram pela extinção do vínculo com o Poder Público Estadual). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3 que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.004/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento

externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - e a oferecer garantias, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 4 e 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 7, pela rejeição das Emendas nºs 6, 8 e 9, e pela aprovação da Emenda nº 10.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Turismo e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.361/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que dispõe sobre a utilização de resíduos do beneficiamento do café nas atividades de torrefação e moagem de café. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.227/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, à empresa TAM Linhas Aéreas S.A.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 367/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.844/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.933/2004, do Deputado Doutor Viana; 1.967/2004, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.072/2005, do Deputado Jésus Lima; 2.126/2005, do Deputado Doutor Viana; 2.128/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.221/2005, do Deputado Zé Maia; 2.237/2005, do Deputado George Hilton; 2.240/2005, do Deputado Gilberto Abramo; 2.254/2005, do Tribunal de Justiça; 2.260/2005, do Deputado Paulo Cesar; 2.270/2005, do Deputado José Milton; Projetos de Resolução nºs 2.285/2005, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 2.286/2005, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.250/2005, do Deputado George Hilton; 2.259/2005, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.043/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.055/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.145/2005, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 2.251/2005, do Deputado Márcio Passos; 2.252/2005, do Deputado Zé Maia; 2.262/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.271/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.272/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.292/2005, do Deputado Chico Rafael; 2.293/2005, do Deputado Chico Rafael.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 10/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.591/2005, do Deputado Leonídio Bouças, e 4.636/2005, do Deputado Doutor Viana.

Finalidade: debater a clonagem de telefones celulares, as conseqüências desse crime para o consumidor e as dificuldades enfrentadas pela Telemig Celular para solucionar o problema, a requerimento dos Deputados Leonardo Moreira e Márcio Passos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 10/5/ 2005, destinada, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2003, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e outros, que modifica o art. 73 da Constituição do Estado, que dispõe sobre o princípio da juridicidade; e 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82; dos Projetos de Resolução nºs 2.227/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 4/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5/8/2004, à empresa DVG - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda; e 2.228/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 8/2004, nos termos do art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004, à empresa TAM Linhas Aéreas S/A; dos Projetos de Lei nºs 367/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica; 1.361/2004, da Comissão Especial da Cafeicultura Mineira, que dispõe sobre a utilização de resíduos do beneficiamento do café nas atividades de torrefação e moagem de café; 2.004/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - e a oferecer garantias e dá outras providências; e 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de maio de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Arlen Santiago, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/5/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação da assistência ao idoso no Estado e a aplicação da Lei Federal nº 10.741, de 1º/10/2003 - Estatuto do Idoso -, bem como oficializar a implantação da Frente Parlamentar de Proteção ao Idoso, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.193/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Governador do Estado fez remeter a esta Casa, por via da Mensagem nº 364/2005, o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo dar a denominação de Escola Estadual Bom Jesus do Oeste à Escola Estadual de Cavalão, situada no Município de Conceição do Pará.

Após exame preliminar da matéria realizado pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Cabe ressaltar, inicialmente, que a indicação do nome Bom Jesus do Oeste para denominar a Escola Estadual de Cavalão, situada no Município de Conceição do Pará, se nos afigura oportuna, pois se trata de prestar a devida homenagem à comunidade de Bom Jesus do Oeste, onde se localiza a escola.

Além do mais, o nome atual - "Cavalão" - não soa bem para os moradores dessa localidade, e a denominação proposta inclui a palavra "Jesus", tão cara a eles e à cristandade.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.193/2005, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2005.

Doutor Viana, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.219/2005

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De autoria do Deputado Leonídio Bouças, o Projeto de Lei nº 2.219/2005 visa declarar de utilidade pública a Associação Amigos do Livro e da Criança, com sede no Município de Pompéu.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade apresentando a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida Associação, entidade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade a promoção da leitura como fonte de informação, lazer e estímulo à criatividade.

Estabelece como ação primária a democratização da leitura, com acesso de todos aos livros, principalmente de crianças e jovens de 3 a 14 anos, integrantes das camadas carentes da comunidade.

O apoio e o incentivo à criação e ao funcionamento de outras associações semelhantes está no âmbito da sua ação, assim como o intercâmbio de informações com entidades de direito público e privado e outros órgãos que se propõem a elaborar e a executar programas de incentivo à leitura e ao atendimento à infância.

O trabalho desenvolvido tem por fim capacitar o aluno a realizar pesquisas e a fomentar a criação de clubes de leitura, bibliotecas e grupos de contadores de história.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.219/2005, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2005.

Doutor Viana, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/5/2005

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia deixar de parabenizar o Governador Aécio Neves por haver enviado a tabela de reajuste do funcionalismo público do Estado de Minas Gerais, que será anunciada pelo nobre Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que tanto lutou nesta Casa para que isso fosse possível.

Ontem à noite, dirigimo-nos de forma rude ao Presidente desta Casa, dizendo que participava de um complô com o PT na sala da Presidência. Peço desculpas, pois não participava de um complô, mas foi, praticamente, achado em sua sala. Se não fizesse os acordos a ele impostos, não seriam votados nenhum dos projetos de interesse da população. E hoje, pela manhã, a Bancada do PT, quase em sua totalidade, reuniu-se com o Secretário de Governo Danilo de Castro para cobrar o cumprimento de alguns acordos. O Deputado João Leite me dizia que era a coisa mais grotesca ver um Deputado do PT cobrando do Secretário de Governo o cumprimento dos acordos feitos anteriormente. Nunca houve em Minas Gerais um acordo dessa natureza, que fizesse com que ficassemos constrangidos de participar da base de Governo.

Na segunda-feira, dia 12 de maio, filiei-me ao PTB durante uma reunião solene de comemoração dos 60 anos do Partido. Ir para o PTB foi um caminho natural, porque durante 10 anos presidi o PSD em Minas Gerais, e nosso Partido fundiu-se com o PTB, com minha colaboração e apoio. Deixo o PL com a convicção de ter feito o melhor. Só tenho a agradecer pela convivência partidária com os colegas Deputados.

A prepotência, a indiferença e o egoísmo da liderança maior do PL de Minas, que se torna cada dia mais intolerável, foi o que me fizeram sair do PL.

Sou Deputado há seis mandatos eletivos. Muitas vezes, posso ser rude, franco, brigão, porém, ser bajulador nunca fez parte do meu currículo.

Hoje o PL trabalha em razão de interesses pessoais e empresariais de uma pequena burguesia - talvez um ou dois. O fato de o PTB ser base do Governo do Presidente Lula e do Governo Aécio Neves, como eu disse ontem, com a perna lá e outra câ, é também característica de vários partidos.

Querer que o Presidente Lula acerte é anseio de todos os brasileiros. O dever de acertar é dele e do PT, que durante 20 anos somente criticou, ensinava o que hoje não pratica. O Presidente Lula mudou. Mudou de lado. Antes defendia o rompimento com o FMI, salários dignos aos trabalhadores, fome zero, distribuição de renda, empregos e moradias. Hoje pratica a arrogância, apóia o FMI, perdoa dívida de países de democracia duvidosa, não fala mais sobre a fome dos brasileiros, como se o Bolsa-Família tivesse resolvido seu discurso de palanque. Aceita a extorsão de juros altos que privilegiam os banqueiros e os investidores internacionais e até os nacionais, e os investimentos de curto prazo definham o orçamento federal. O resultado é o que se vê: as estradas esburacadas; a precariedade na saúde; o tratamento indigno que se dá aos contribuintes e aposentados do INSS, idosos ou pessoas que desse órgão necessitam; e a falta de moradia e de infra-estrutura patentes e latentes.

Teria vergonha de ter votado nele, não por ser um operário, mas por não ter voz. Por ele falam tantos, que, de repente, parece ser o Ministro Palocci o Presidente e o Ministro José Dirceu, o Vice-Presidente.

Ao falar, o Presidente agride a inteligência dos brasileiros, e, no dia seguinte, ao tentar consertar o que não soube dizer, mostra que não está preparado para cargo de tamanha importância - Presidente da República.

O Presidente Lula manda que o povo brasileiro tire o traseiro da cadeira para negociar os juros com os banqueiros, coisa que o povo é impotente para fazer.

Lembro uma frase do Presidente da Ford Company, dos Estados Unidos: "O cliente pode escolher qualquer cor para o seu carro, desde que seja preta". E o Presidente Lula diz ao povo brasileiro que ele pode negociar com os Bancos, desde que os juros mínimos sejam acima de 4% ao mês.

Ele afirma que o País cresce. A riqueza de um País está na sua infra-estrutura - estradas, pontes, conservação histórica, ferrovias, hidrovias e portos. Onde o nosso País está crescendo? Como cresce? Como escoará a sua produção?

Estradas não temos. Ferrovia é da Vale do Rio Doce. As hidrovias, principalmente as que poderiam atingir os portos, como a possível criação de uma hidrovia no rio Doce, foi definitivamente sepultada com a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

Embora vários partidos apoiem o Presidente Lula na tentativa de um Brasil melhor, vários parlamentares petistas - não todos -, mantêm a arrogância de não transitar com humildade suficiente e de entender que, como partido, não é melhor que nenhum dos que aí estão. Somente dificultam o entendimento que causou a derrota do Presidente Lula na eleição da Câmara dos Deputados. Isso também aconteceu - e está acontecendo -, na Assembléia Legislativa, onde acordos denigrem o que se pode fazer de melhor para o povo mineiro.

Apóio o Governador Aécio Neves e tenho orgulho de ter votado nele. É novo, mas não é novato. É sério, fala por seu Governo. E a estrela que brilha em Minas, devolvendo ao Estado o destaque que sempre teve no cenário nacional, é dele. A voz deste Estado é dele. Apóio-o com a mesma lealdade com que apoiéi Tancredo Neves e Hélio Garcia, homens justos, que nos fazem ter orgulho de ser mineiros. O Governador Aécio Neves reescreve a história de Minas, com competência e dinamismo, agindo de modo diverso do do nosso Presidente. Aqui, seus atos expressam seu discurso de campanha; em Brasília, a realidade é outra.

É com tristeza que vejo estampado nos jornais a pesquisa do IBGE, obviamente depois de pinçada pelo Sr. Presidente da República. De acordo com essa pesquisa, Belo Horizonte caiu para o 5º lugar no "ranking" das cidades mais ricas do País. Erros cometidos, especialmente no Governo petista, fizeram com que Belo Horizonte perdesse sua vocação de cidade prestadora de serviços, por não implantar o distrito industrial, principalmente o de Venda Nova, e por não estimular o turismo de negócios. Belo Horizonte não tem sequer um centro de convenções, locais dignos para "shows", locais atrativos para serem apreciados pelos belo-horizontinos e por pessoas do interior do Estado. Até mesmo a serra do Curral, referência em Belo Horizonte, está sendo corroída pelo grupo Vale do Rio Doce, com a proteção do PT.

Ontem, o colega Alencar da Silveira Jr. chamou o PTB de saci-pererê. Com todo o respeito que tenho pelo Deputado, que era radialista, ainda um menino, quando o conheci, lembro-lhe que nunca mexi com jogo de bicho. Entretanto, tive o prazer de acompanhá-lo e defendê-lo, quando foi chamado à Secretaria de Segurança do Estado de Minas Gerais para prestar esclarecimentos por apologia ao jogo do bicho, quando ainda estava no seu primeiro mandato de Vereador. Não me poupei. Não vi ali o bicheiro, o contraventor; vi apenas o amigo que precisava de apoio. Fui lá, sem nenhuma restrição.

Quero frisar que a base do Governo do Sr. Aécio Neves o apóia com convicção, pois ele fez um compromisso de Governo e cumpre as metas estabelecidas, sem ficar à mercê, refém da chamada esquerda PT-PCdoB, que, na sua falta de proposta, critica quem trabalha e não explica ao que veio. Tenho admiração pessoal pelo Deputado Weliton Prado. Ainda, peço-lhe que, antes de ir a cada município mostrar o que o Governador Aécio Neves está fazendo por Minas, preste contas do que o PT não fez - e não faz -, até mesmo para os belo-horizontinos. Estes, ao lerem os jornais de hoje, sentem vergonha de ver nossa cidade, que já foi a segunda do Brasil, perdendo espaço.

O PTB pode dar grande colaboração tanto em nível nacional como estadual e principalmente no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio do Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcelos, que é do Partido e pode somar esforços com o Prefeito Fernando Pimentel, visando redirecionar o desenvolvimento de Belo Horizonte. Tive a honra de ser companheiro de Ronaldo Vasconcelos, na condição de Vereador e também de Deputado Estadual. Quando ele foi eleito Deputado Federal, eu retornava a esta Casa.

As ideologias partidárias devem ficar aquém da necessidade e da vontade popular. Esse é o motivo que me trouxe a esta tribuna, Sr. Presidente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tem sido uma constante, em todos os eventos e solenidades, o reconhecimento do Governador Aécio Neves ao trabalho desenvolvido pelo parlamento mineiro. Quando Aécio Neves foi eleito Governador de Minas, o parlamento mineiro era presidido pelo ilustre Deputado Antônio Júlio. Para fazer face aos desafios que o novo Governo teria pela frente e colocar em prática, em seu primeiro dia de Governo, o projeto da reforma do Estado, de modernização da máquina pública, o chamado choque de gestão, o Governador sempre pôde contar com esta Casa. Por meio do advento da lei delegada, foi possível ao Governo tomar medidas da mais alta relevância para colocar em prática suas ações.

Tivemos oportunidade de aprovar nesta Casa inúmeras iniciativas do Poder Executivo, viabilizando esse grande projeto de modernização da máquina do Estado de Minas Gerais. No bojo dessas questões, algo de grande magnitude e de compromisso público do Governador Aécio Neves chegou a esta Casa, no primeiro ano de seu Governo, que foram as propostas dos novos planos de carreira do funcionalismo público. Diria que, num tempo célere, com a brevidade possível, com o enriquecimento às propostas oriundas do Poder Executivo, esta Casa cumpriu sua missão, contribuiu e possibilitou que o Governo pudesse sancionar todos os planos de carreira do funcionalismo público. Trata-se de conquista do funcionalismo, resgatando um compromisso público do Governador Aécio Neves.

Os planos de carreira são uma etapa de todo esse processo, e o seu coroamento se dará com a incorporação das tabelas salariais correspondentes. Também um compromisso público, porque as tabelas são parte integrante da realização desse sonho acalentado ao longo dos anos pelo funcionalismo público.

Foram previamente destacados aqui, por companheiros parlamentares da base do Governo que me antecederam, a consideração, o respeito e a admiração ao parlamento mineiro. Em nome do Governador Aécio Neves, o Líder de Governo anuncia, de público, que, ainda nesta sessão legislativa, portanto, antes de seu encerramento previsto para o dia 30 de junho, chegarão a esta Casa duas tabelas salariais, de dois segmentos altamente significativos das atividades-fim do Estado.

Em primeiro lugar, chegará à Casa a tabela do plano de carreira dos servidores da educação em nosso Estado. Quando digo educação, há que se destacar também a inclusão, neste momento, daquela tabela correspondente às universidades estaduais. Ainda nesta sessão legislativa,

chegará a tabela do plano de carreira do setor de saúde pública. Essas duas tabelas absorvem 66% do funcionalismo público, que correspondem, no custeio de pessoal, a aproximadamente 50% do total da folha de pagamento. Mais que isso, renovo também o compromisso, em nome do Governador Aécio Neves, de que no segundo semestre chegarão a esta Casa, paulatinamente, as demais tabelas correspondentes aos planos de carreira.

Fica aqui, portanto, o anúncio do compromisso feito em praça pública, a exemplo de outras ações e de outros programas do Governo, que desde o dia 1º de janeiro de 2003, iniciou um novo momento no Estado. Diria, com toda segurança, que se trata de um ciclo virtuoso em que o Estado volta a ter um desempenho correspondente ao interesse e à expectativa da sociedade mineira. Era isso que eu tinha a anunciar aos nossos pares que compõem este parlamento.

O Deputado Adalcleber Lopes (em aparte)* - Querido Líder Deputado Alberto Pinto Coelho e caro Presidente, em nome do PMDB, quero fazer algumas colocações. Uma delas é para dizer que o Partido tem posições críticas em relação a temas de alguns projetos, assim como tem algumas posições de reconhecimento - a maioria delas -, não só neste Plenário, por meio do voto, mas também de reconhecimento pelo compromisso cumprido. O Governador do Estado assumiu um compromisso com o funcionalismo público, essencialmente com os da área da educação.

Nós, do PMDB, tivemos a honra de presidir a Comissão de Educação, onde foi elaborado e votado o plano de carreira. Por incrível que pareça, esse plano foi votado por todos os membros da Comissão, com o consenso da Oposição, que assinou as emendas que permitiram a aprovação da proposta. Tínhamos a confiança de que a palavra do Governador do Estado seria cumprida. Como ele bem diz, devemos olhar no retrovisor da história e ver que nela estará marcado o compromisso, a palavra cumprida.

Em nome do PMDB, caro Líder, quero parabenizar o Governador e dizer que essa é uma vitória de todos, da Situação com o Governador, porque cumpriu o seu compromisso, e da Oposição, que em todos os momentos cobrou o envio da tabela. Gosto sempre de dizer que sem Oposição o Governo fica cego e ditador.

Parabenizo a base de Governo, a Oposição, e, principalmente, o Governador do Estado, que seguiu a palavra dada, palavra cumprida. Muito obrigado.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Caro Líder do Governo, respeito sua capacidade de estabelecer, nesta Casa, uma relação de diálogo com a Oposição. O anúncio de V. Exa. vem com atraso, mas responde aos anseios e às angústias dos trabalhadores da educação, que, no ano passado, fizeram uma longa e dolorosa greve para obter conquistas. O anúncio de V. Exa. é uma conquista da dura luta daqueles que têm a educação como missão, pois recebem salários baixos, o que, muitas vezes, leva-os à depressão e a se licenciarem devido às dificuldades cotidianas, não apenas pelo desafio de educar essa nova sociedade, mas, sobretudo, pelas condições precárias em que vivem. É a eles que temos de atribuir a vitória e os louros desse anúncio.

Sob nosso ponto de vista, o que é um dever transforma-se em mérito ou concessão do governante. V. Exa. está anunciando uma obrigação do Governo de Minas Gerais, um compromisso assumido no ano passado à luz das pressões da luta dos trabalhadores, com integral apoio da Oposição. Frequentamos as suas assembleias e estivemos juntos, até mesmo quando os professores do interior, em passeata, tiveram de enfrentar bombas, jogadas equivocadamente, mas de forma irresponsável, pois se tratava de um movimento pacífico de trabalhadores que apenas lutavam pelo direito de comer e de viver, para cumprirem sua missão histórica.

Nós nos solidarizamos com os professores e as professoras que tiveram a coragem de desafiar as dificuldades realizando uma greve. Solidarizamos-nos e incorporamos-nos não apenas ao esforço da Oposição, que, desde o ano passado, coloca como pauta prioritária o problema das tabelas remuneratórias como viabilização concreta do que é para nós o ajuste fiscal, a valorização do servidor.

Estamos certos de que, na assembleia do dia 20/5/2005, os professores iniciarão uma vigília para que as tabelas cheguem aqui. Conto com a bancada da Situação, que convive com as professoras e sente a pressão no interior, para que a incorporação do abono e da PRC sejam efetivamente cumpridos, o que deveria ter ocorrido em fevereiro.

Compartilho a responsabilidade desse anúncio com os trabalhadores da educação e com a Oposição, que não se esquece do seu compromisso, ou seja, fiscalizar, controlar e considerar que Governo que cumpre seu dever não está fazendo um favor, e sim cumprindo o compromisso assumido com a população de Minas, pois foi eleito para isso. Ficaremos atentos para que esse compromisso seja efetivamente cumprido e para que o acordo de greve seja viabilizado a partir do pagamento, desde fevereiro, da PRC e do abono a ser incorporado ao salário.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Agradeço o aparte da Deputada Jô Moraes. Ressalto o concurso da Oposição na conquista dos planos de carreira. A incorporação das tabelas aos planos de carreira é uma conquista do servidor público.

Para isso, há um compromisso expresso do Governador Aécio Neves. A sua bancada nesta Casa, por extensão, também tem esse compromisso implícito. Se é uma bandeira da Oposição, certamente passará a ser do parlamento mineiro, na medida em que temos não somente a identidade da bancada governista, mas também o compromisso de caminhar juntos com o seu projeto de Governo.

Sr. Presidente, agradeço. Antes de conceder o aparte ao Deputado Domingos Sávio, fica o nosso júbilo por mais essa importante conquista do funcionalismo público.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Inicialmente, agradeço ao Deputado Rêmoló Aloise, que, como Presidente desta reunião, é mediador, sempre generoso e presente.

Meu prezado Líder, Alberto Pinto Coelho, é com alegria que todos nós - da Situação ou da Oposição - recebemos essa notícia. Certamente posso afirmar-lhe que não é surpresa para mim. Em momento nenhum deixei de confiar no Governador Aécio Neves, pois o conheço há algumas décadas. Sei que o Governador põe em prática, com seriedade, verdade e coerência, algo que traz na sua índole e na sua história de homem público. Ao fazer isso, começa a escrever novas páginas na história das políticas mineiras e brasileira.

De fato, o Governador está cumprindo um compromisso, ao enviar esses projetos a esta Casa ainda neste semestre. No Brasil, cumprir compromissos parece algo inédito, aliás, está sendo. O Governador Aécio Neves governa com o seu programa de governo ora debaixo do braço, ora aberto na mesa, debatendo com os Secretários, cobrando ações, interagindo com a Assembleia Legislativa para a votação das propostas que viabilizam o seu compromisso com o povo mineiro. Além disso, interage com o povo mineiro, para que se materialize o que foi tratado em forma de compromisso.

Infelizmente, não estamos acostumados a ver isso na história do Brasil nem nos tempos atuais. Ainda há os que insistem em viver de bravatas e até mudam o discurso dizendo que ganharam a eleição. Hoje o discurso deve ser outro, e já não podemos viver disso. Em momento nenhum, o Governador Aécio Neves fez bravatas e disse que, no ano de 2004, enviaria os planos de carreira. Ele os enviou em 2003 - no primeiro ano

de Governo - a esta Casa, que os aprovou. E ainda, no ano passado, afirmou que neste ano enviaria as tabelas. Terminamos o primeiro quadrimestre do ano. Ainda estamos iniciando o primeiro quarto mês e já cumprimos 30% do nosso calendário. O Governador cumpre o compromisso, ao anunciá-lo na pessoa do Líder.

Tenho orgulho de ser liderado por V. Exa., que, com equilíbrio e firmeza, é uma extensão do Governador, pois mantém a coerência e cumpre a palavra. Para nós, parlamentares, isso faz uma grande diferença. É preciso não somente dar a palavra, mas também cumpri-la.

O grande diferencial do Governo Aécio Neves é cumprir os compromissos. Com certeza, cumprirá com os servidores públicos de Minas Gerais o seu compromisso de valorização, começando pelo magistério e pela saúde. Ele já deu um reajuste para a área de segurança, mas, sem dúvida, estará atento a todos os segmentos que compõem o conjunto do funcionalismo público.

Parabéns a V. Exa. pela brilhante condução que faz nesta Casa e pela capacidade de interlocução com a Oposição, que tem também, é claro, o seu papel, que haveremos sempre de respeitar. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Encerro agradecendo a ilustre intervenção do Deputado Domingos Sávio, que sempre, nos seus pronunciamentos ou mesmo nos seus apartes, é muito lúcido, competente, e muito acrescenta com o seu brilho. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar apartearia o nobre Líder Alberto Pinto Coelho, mas o seu tempo se esgotou.

Gostaria, nesta tarde, de cumprimentar o Governador Aécio Neves por vários motivos, e veio mais um se somar aos outros agora, neste momento.

Ouvi atentamente os apartes, inclusive o da nobre Deputada Jô Moraes, do Bloco PT-PCdoB, dizendo que se trata de dever que se transforma em mérito. Nobre Deputada, como seria bom se todos os deveres fossem cumpridos no Brasil e todas as promessas e compromissos fossem cumpridos como o faz, em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves.

Tive a alegria e o prazer, como um homem da educação, como professor, de ser o relator do projeto que tratou dos planos de carreira do magistério na Comissão de Educação. Fico feliz de hoje presenciar aqui o Líder do Governo, Alberto Pinto Coelho, trazendo o compromisso de as tabelas chegarem a esta Casa.

Reitero aqui o nosso compromisso maior com os servidores públicos. Em qualquer lugar do mundo, não há Estado democrático que não esteja assentado em governos sólidos. Não há governos sólidos que não tenham servidores tranquilos, concursados, aparelhados para servir bem aos cidadãos. Por isso quero aqui, aproveitando a vinda das tabelas de vencimentos, pedir também ao Governador Aécio Neves, que está fazendo uma grande transformação neste Estado, depois de dez anos sem aumento para os nossos servidores, que trabalhe na tentativa, depois de ter derrubado aquele déficit com que o Estado convivia há anos, de dar uma alegria ainda maior aos servidores deste Estado, dando-lhes um aumento salarial. A energia, a água, enfim, tudo neste País subiu, menos o salário do servidor.

Digo aqui, nobre Líder, que só não vê que o Estado de Minas é outro quem não quer. Tenho insistido nisso. Sabemos que não existe consenso para tudo.

Todo o povo de Minas Gerais está sentindo que vivemos outros momentos. Por isso, antes de conceder aparte, queria dizer que viveremos uma transformação maior que a de hoje, caso o Governador Aécio Neves consiga fazer uma grande transformação na educação. Em Minas, há 30 anos, a educação foi exemplo para todo o Brasil. Recentemente, na capa de uma revista de circulação nacional estava escrito que a Coreia fez e o Brasil também pode fazer. Tratava-se da educação. Mas, se o Brasil não está fazendo e ainda não acordou por inteiro, vamos fazer a transformação em Minas Gerais, por meio da educação, porque só ela pode fornecer uma base sólida para a construção de um mundo novo e melhor para toda a população.

Fico gratificado ao saber que as tabelas de vencimento que chegam em primeiro lugar são justamente aquelas destinadas ao setor da educação. Esse é o compromisso maior. Assim, Minas pode acreditar cada vez mais nessa transformação que está vivendo.

A Deputada Elisa Costa (em aparte)* - Obrigada, Deputado e Professor Leonídio Bouças. Queria dizer que exerci minha primeira profissão como professora. Acompanhei a fundação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, Sind-UTE. Na época, era UTE, União dos Trabalhadores de Ensino.

Queria deixar aqui registrado que, de fato, há 10 anos, em Minas, os servidores públicos da educação, da saúde e de tantas outras áreas necessitam de garantias do direito ao reajuste. O plano de carreira aprovado e o anúncio da vinda das tabelas remuneratórias não seriam suficientes; ficaria faltando o passo seguinte. O plano de carreira, somado às tabelas remuneratórias, pode fazer algumas correções, o que não significa, para a maioria das categorias, o reajuste salarial de todos esses anos, que o Estado ficou a dever.

Aproveitando a sua fala - já que estamos tratando da educação -, considero que há mudanças significativas acontecendo no Brasil. São mudanças que passam pela discussão da reforma universitária, ou seja, todo um processo de debate sobre a democratização do acesso ao ensino superior às camadas mais pobres da população, especialmente a extensão de universidades federais a regiões onde nunca se poderia imaginar. Há 25 anos não acontece a ampliação de universidades federais neste País. Pela primeira vez na história, elas serão estendidas inclusive ao Mucuri e ao Jequitinhonha, com pólos de extensão da UFMG em vários municípios de Minas Gerais, como por exemplo Teófilo Ottoni e Araucaí. Nossa solicitação é para que chegue a Governador Valadares, Frutal e Montes Claros.

Para finalizar, diria que mais duas mudanças significativas estão acontecendo: o PROUNI, que representa o acesso dos estudantes mais pobres ao ensino superior, e, agora, a discussão da lei do FUNDEB, que irá redistribuir, ampliar recursos e ainda alcançar a educação infantil e o Ensino Médio.

O Brasil passa por mudanças significativas na educação, e, com certeza, Minas Gerais também participará desse processo. Obrigada pelo aparte. Este é um momento importante de recuperação do direito dos servidores, não só em educação e saúde, mas também de todos aqueles que deverão passar pelo processo das tabelas remuneratórias. Obrigada.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sem dúvida nenhuma, temos de reconhecer que há alguns avanços na área do ensino superior, como, por exemplo, a criação do PROUNI, uma luta inclusive minha, nobre Deputada, que trabalho há anos e posso dizer que, se não fui o maior, talvez

tenha sido um dos maiores beneficiários de bolsa de estudo no Estado, entre os estudantes. Até que enfim, o Governo Federal, por meio do nosso empenho e da nossa garra, abriu os olhos para atender os estudantes que não têm condições de cursar o Ensino Superior.

No entanto, a base de tudo está na educação básica, porque não adianta começar a construir um país de verdade pelo teto, pois antes é preciso ter uma base sólida. Então, o de que precisamos é estar, todos nós, voltados para a recuperação total do ensino básico, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio neste País, ou seja, o ensino de 1ª a 4ª e o de 5ª a 8ª séries. E agora, em Minas, a 9ª série. Ai, sim, estaremos criando cidadãos capazes de saber o que querem. São cidadãos que sabem realmente o que é melhor e o que é pior; sabem fazer uma análise real do que é preciso para construirmos um país de verdade.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Leonídio Bouças. Saúde V. Exa. com essa mesma emoção e ainda ratifico as palavras do nosso Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho. Alegrementemente, manifesto satisfação pelas tabelas salariais da educação. V. Exa., como eu, e juntamente com outros pares desta Casa, teve o privilégio maior de relatar os planos da educação na Comissão de Educação e já naquela época anunciava que brevemente as tabelas salariais seriam encaminhadas à Assembléia Legislativa. E hoje, passado o tempo, V. Exa. vem - com essa mesma disposição e buscando o brilho da sua inteligência em prol do relatório emitido naquela pauta - e ratifica com alegria e satisfação a remessa oficial, pela lavra do nosso líder, das tabelas salariais do nosso Governador.

Só não enxerga quem não quer. É impossível qualquer mineiro ou mineira não entenderem o significado maior da administração vigorosa, responsável e correta do nosso Governador Aécio Neves. Desde ontem, esta Casa tem proporcionado grandes avanços para o desenvolvimento de Minas, com a aprovação dos empréstimos buscados pelo Governo. E agora estamos felizes com o posicionamento sempre correto do nosso Governador, deixando claro o seu compromisso com os professores e também com o pessoal da área da saúde. Esse é um compromisso assumido e honrado.

Tenho a certeza absoluta de que esta Casa saberá rapidamente apreciar e aprovar a matéria, para que os servidores da educação sejam beneficiados por esse compromisso maior do Governador Aécio Neves com todos os servidores do Estado.

Parabéns a V. Exa. por seu pronunciamento, e por ter sido relator dos planos de carreira na Comissão de Educação.

O Deputado Leonídio Bouças* - Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Deputado que tanto honra esta Assembléia com seu descortino e tranqüilidade na análise de todas as questões.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo de minha real satisfação com o Governador Aécio Neves e toda esta Casa. Mesmo estando sempre com o Governador, pedimos ao Líder, Alberto Pinto Coelho, que leve até ele nossa palavra e sentimento de quanto Minas Gerais fica tranqüila em ter, à frente de seu Governo, um homem dinâmico, jovem e bom cumpridor dos compromissos assumidos.

Nossas estradas estão passando por uma situação muito grave e estão sendo motivo até de chacota.

Sr. Presidente, mostrarei aqui apenas as manchetes: "Recuperação da BR-365 é só promessa", "Nada de novo nas estradas", "2 bilhões para arrumar as estradas federais em Minas".

Hoje foi capa do jornal "Estado de Minas" uma matéria que diz que as cidades do Triângulo são as mais ricas do Estado; entretanto, a meu ver, essa região vai fechar suas portas, pois sua maior cidade, Uberlândia, corre o risco de ficar isolada. A BR-365, que liga o Norte de Minas - Montes Claros e Pirapora - ao Pontal, passando por Uberlândia, está intransitável. A BR-050, que liga as duas maiores cidades do Triângulo, Uberaba e Uberlândia, também está esburacada. E tivemos o compromisso do Ministro Alfredo Nascimento de liberação do início das obras no final de março. Estavam presentes vários Deputados da Situação e da Oposição.

Por isso, Deputada Jô Moraes, gostaria que as promessas feitas para as estradas também se transformassem em realidade e fossem consideradas dever de Governo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Leonardo Moreira - Exmo. Sr. Presidente desta Casa; Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a quem cumprimento na pessoa da Deputada Maria Olívia; senhores representantes da imprensa, que cobrem de forma eficiente os trabalhos legislativos desta Casa; telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia; senhoras e senhores, muito boa tarde.

Aproveito o momento para fazer coro às palavras de nossos colegas, especialmente às do Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. Parabênizo o Governador Aécio Neves pelo cumprimento de mais um compromisso deste Governo, que tem tido como meta a seriedade e o bom trato no que diz respeito à causa pública.

Quisera Deus que tivéssemos também o mesmo comprometimento por parte do Governo Federal: os milhões de empregos, as estradas asfaltadas, etc. Seria muito bom que esses compromissos fossem cumpridos assim como vem fazendo, em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves, com todo o brilhantismo e a competência que lhe são peculiares.

Deputado João Bittar, ocupo esta tribuna para falar de mais uma realização que o nosso Governador anunciou ontem, em Uberaba. Refiro-me ao plano de habitação para os policiais militares, civis e bombeiros.

Com essa medida, que beneficiará centenas de famílias de policiais que residem no município, o Governador põe em prática um projeto de grande responsabilidade social. É preciso amparar e dar condições dignas de moradia àqueles que são responsáveis diretamente pela segurança de milhares de famílias mineiras.

Essa iniciativa vem no momento crucial da vida de todos os brasileiros, pois sabemos que a violência está assustando o nosso povo. Cabe ao governante buscar mecanismos que possam combater, de forma eficaz, todas as mazelas que incomodam a nossa sociedade. O desemprego, por exemplo, é um fator determinante no aumento da criminalidade, já que a ociosidade leva ao abismo da marginalidade social e, conseqüentemente, à criminalidade.

É de suma importância tratar bem aqueles que têm como missão defender a sociedade. Sob essa visão, o Governador Aécio Neves busca melhorar a qualidade de vida desses homens e mulheres que fazem da sua profissão um ato de bravura. Tenho a plena convicção de que todos, nesta Casa Legislativa, independentemente de filiação partidária, comungam das minhas palavras, pois conhecem muito bem as dificuldades enfrentadas pelas nossas polícias.

O homem sempre teve, como principal meta, a aquisição da casa própria. Por esse objetivo, muitos brasileiros estão lutando. A casa e o lar são fatores preponderantes na vida do ser humano. Por esse sonho, muitos realizam seus projetos pessoais, visando amparar a família e dar-lhe melhores condições de vida.

Com esse sentimento, o Governador Aécio Neves demonstra toda sua capacidade de transformar sonhos em realidade. Afinal, sabemos que muitos desses policiais não tinham casa própria. Agora, poderão desfrutar, com os seus familiares, esse novo momento em suas vidas.

O déficit habitacional é um problema que deve ser enfrentado com seriedade pelos governantes. Sabemos que hoje, no Brasil, milhares de brasileiros ainda não conseguiram concretizar o sonho da casa própria. A densidade populacional responde por grande parte das dificuldades que os Governos enfrentam, além da falta de recursos para atender a toda a demanda reprimida existente no País.

Todavia, é preciso coragem e desprendimento para atender às necessidades da sociedade. Ao investir em habitação para os policiais, o Governador Aécio Neves mostra ao Brasil que, em Minas, existe um governante preocupado com o seu povo e, em especial, com o policial, que, ao sair de sua casa para combater a criminalidade, terá a certeza de que sua família estará protegida, caso ocorra algum acidente.

Sou filho de policial militar, com muito orgulho, e posso falar, com muita convicção, sobre essa questão. A conquista da casa própria sempre foi o objetivo de vários integrantes das polícias. Sabemos que muitos lutaram para que esse dia chegasse e, hoje, graças a essa iniciativa feliz do nosso Governador, podemos nos alegrar e partilhar esse momento de festa e de alegria.

Desde que assumi o meu mandato, tinha comigo um pensamento voltado para essa questão. E, por meio do Projeto de Lei nº 675/2003, de minha autoria, pedia que o Governo do Estado destinasse, dentro do orçamento, um percentual para a construção de residências para os policiais civis, militares e bombeiros.

O Governo do Estado prevê, em seu orçamento para este ano, um gasto de R\$3.000.000.000,00 com a área de segurança, incluindo os repasses para as Polícias Militar e Civil, além das despesas com a folha de pagamento do setor. Segundo informações, o Governo Federal ainda não fez os devidos repasses para os Estados na área de segurança, o que consideramos um fato lamentável.

Várias ações estão sendo implantadas pelo Governo mineiro, inclusive com a participação da iniciativa privada na administração de presídios. Dois modelos estão sendo viabilizados no Estado: as parcerias público-privadas - PPPs - e a terceirização de parte dos serviços nos presídios.

A terceirização está mais adiantada. Já está em andamento o edital para a seleção das empresas que irão fornecer serviços para a Penitenciária Jason Albergaria, em São João de Bicas. Serão contratadas empresas que irão oferecer atividades profissionalizantes para os presos.

Essas ações demonstram a preocupação do Governador Aécio Neves com a segurança pública em nosso Estado. Sabemos que existem outras demandas, porém é importante ressaltar que os investimentos em segurança são fundamentais para incentivar a instalação de mais empresas e, conseqüentemente, a geração de emprego e renda para o nosso povo. Faço essas observações com o objetivo de mostrar a todos os que me ouvem desta tribuna quanto é importante para a nossa sociedade a iniciativa do Governador Aécio Neves de buscar na parceria público-privada uma saída para melhorar a segurança em Minas.

Quero retornar ao início de minha fala e dizer quanto é importante buscar opções para melhorar a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública. Ao anunciar esse plano habitacional em Uberaba, o Governador Aécio Neves deu grande demonstração de apreço e de compromisso com os nossos policiais. Tenho a convicção de que essa iniciativa será estendida aos demais integrantes das Polícias Civil e Militar e aos Bombeiros.

O meu projeto foi todo idealizado para atender às necessidades de moradia dos policiais civis e militares e dos bombeiros. Essa atitude do Governador Aécio Neves vem resgatar o que todos nós desejávamos: o plano habitacional que foi lançado em Uberaba.

Tenho a certeza de que os parlamentares desta Casa Legislativa são unânimes em aplaudir essa feliz iniciativa do nosso Governador: criar esse plano habitacional que beneficiará as famílias dos nossos policiais.

Investir em segurança pública é tão importante quanto investir em outras áreas essenciais do Estado. Não podemos deixar de priorizar uma das áreas mais importantes de nossa sociedade: a segurança de nosso povo. Nesse caso específico, ao determinar que seja implementado esse plano habitacional para os policiais de Uberaba, o Governador está protegendo as famílias dessas pessoas, que têm a dura missão de nos dar proteção.

Por isso quero fazer, publicamente, esse registro. Essa atitude não poderia passar em branco de forma alguma, pois acredito que outros Estados da Federação ainda não tomaram essa decisão de pôr em prática um projeto de tamanho alcance social. São ações políticas como essas que dão a dimensão da visão administrativa de um governante que pensa no seu povo.

Governar é uma tarefa das mais difíceis na atividade política, porém, quando o governante tem sensibilidade e a demonstra por meio de ações administrativas, com certeza as dificuldades se tornam menores, e os resultados surgem naturalmente. Esse é o perfil do Governador Aécio Neves. Em seu primeiro mandato, à frente dos destinos do nosso Estado, o Governador Aécio Neves já fez história, e não seria justo deixar de fazer referências ao tão sonhado déficit público. Muitos tentaram, tiveram força de vontade, mas não conseguiram atingir esse objetivo. Essa é uma marca indelével desta administração.

O pagamento dos servidores estaduais até o quinto dia útil foi outra vitória deste Governo que, em pouco tempo, vem modernizando o nosso Estado por meio do choque de gestão pública imprimido por sua administração. A recente viagem que fez à Europa para resolver os problemas da Mercedes em Juiz de Fora e dos investimentos que serão feitos pela Fiat no Estado dão a dimensão deste Governo.

Quero aproveitar esta oportunidade para, desta tribuna, reconhecer o trabalho que vem sendo realizado por um dos Secretários do Governador Aécio Neves, que considero referência no País, o atual Secretário de Defesa Social, Antônio Augusto Anastasia. Não podemos deixar de ressaltar sua efetiva participação, quando do lançamento do projeto habitacional que atenderá às famílias dos nossos policiais. Seu trabalho à frente da Secretaria de Planejamento e Gestão foi fundamental para que nossas polícias fossem beneficiadas por esse projeto habitacional.

O Governo está investindo em segurança pública. Em Uberaba, foram anunciados investimentos da ordem de R\$12.400.000,00 na área de segurança pública do Triângulo. O Estado aplicará recursos nessa região, além de ampliar e modernizar as forças policiais para dar maior segurança e tranquilidade à população local. Essa é uma forma de melhorar o nível de vida das pessoas que ali residem.

Entre as medidas anunciadas pelo Governador em Uberaba, está a contratação de mais 198 policiais. Outros serão empossados até o final de

maio, de acordo com o concurso realizado neste ano. Foram liberados recursos para aquisição de motocicletas, armas, munição e coletes.

O Governador Aécio Neves sabe que a segurança pública deve ser prioridade no Estado, e, até o final deste ano, serão aplicados mais R\$146.000.000,00 para combater a criminalidade. É fundamental a aplicação de medidas eficazes, que coíbam a marginalidade, para que Minas se desenvolva com trabalho e justiça social.

Para finalizar, parabênizo a brilhante equipe que vem conduzindo os destinos de nosso Estado, na pessoa do Governador Aécio Neves. Por meio da agência inglesa de avaliação e classificação Moodys, soubemos que o Estado de Minas Gerais elevou seu "rating" dos títulos da dívida externa, prova de que o Governo de Minas vem demonstrando competência em recolocar nosso Estado em um patamar cada vez mais alto e altivo no cenário internacional. Obrigado.

TRANSCRIÇÃO

Manifesto dos Prefeitos do Médio São Francisco sobre o Projeto de Transposição, transcrito nos anais a partir de requerimento do Deputado Gil Pereira

A Associação dos Municípios do Médio São Francisco - AMMESF -, sediada no Município de Pirapora, às margens do rio São Francisco, em razão da reunião especial do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM - na data de hoje, em Montes Claros, para discutir o projeto de transposição do rio São Francisco para o semi-árido nordestino, manifesta publicamente o posicionamento dos Prefeitos cujos municípios ficam às margens do referido rio, no Norte de Minas, sobre o projeto do Governo Federal.

1 - A bacia hidrográfica do São Francisco tem 75% do fornecimento de água obtidos em Minas Gerais, que se destaca como principal recarga do Velho Chico. O rio corta o Norte de Minas, região carente de recursos hídricos, inserida no Polígono das Secas nos mesmos moldes do Nordeste Brasileiro.

2 - O rio São Francisco é fator de riqueza no Norte de Minas, pois, graças a suas águas, é viabilizada a irrigação em projetos públicos implantados pelo Governo e em áreas de particulares. São mais de 30 mil ha plantados, com alta produtividade, oferecendo aos mercados consumidores as mais diversas frutas, legumes e grãos, comercializados em várias partes do Brasil e em vários continentes e países.

3 - Mesmo com os bons resultados alcançados, observa-se a degradação ambiental da bacia hidrográfica, que sofre com a falta de uma política ambientalista com vistas a permitir a exploração sustentável dos recursos hídricos, manter as matas ciliares e evitar erosões e assoreamento. Desde 2001 a navegação comercial deixou de ocorrer no trecho mineiro do rio, por falta de calado, ocasionado pelos bancos de areia. Os prejuízos são imensuráveis e deixou o porto de Pirapora ocioso.

4 - O projeto apresentado pelo Governo Federal, que inclui a transposição do São Francisco, a despeito de sensibilizar os seres humanos, deve levar em consideração a situação dos sertanejos do Norte de Minas, que vivenciam anualmente os danos causados pela seca e o sofrimento de várias famílias, principalmente as carentes, que perdem condições dignas de vida por causa das intempéries climáticas.

5 - Causa preocupação aos Prefeitos do Norte de Minas, região em que qualquer dano ao rio São Francisco causará maior impacto, a falta de transparência em discutir o projeto com os atores mais interessados, ou seja, os barranqueiros. Não podemos concordar com nenhum projeto apresentado de afogadilho, sob risco de estarmos condenando as futuras gerações. Também não queremos uma postura radical.

6 - A proposta de Minas Gerais, em especial a região do médio São Francisco, é primeiro promover a revitalização da bacia hidrográfica, para depois discutir a transposição. Nunca é demais lembrar que a revitalização é um processo mais lento. A transposição inclui obras de engenharia mais rápidas.

7 - Causa estranheza a distribuição, pelo Governo, de ações básicas para a bacia do São Francisco entre Ministérios. Na verdade deveria ocorrer a centralização, para se discutir somente com um canal. A revitalização, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente; a transposição, com o Ministério da Integração Nacional; e o saneamento básico, com o Ministério das Cidades.

8 - Além da proposta da revitalização da bacia do São Francisco, propomos também a construção da Barragem de Congonhas, que permitirá a transposição das águas do rio Congonhas para o rio Verde Grande, tributário do São Francisco. Os dois projetos podem ser viabilizados pelo Governo, o que demonstraria interesse em revigorar o rio.

9 - Queremos ter a certeza de que as atividades produtivas agrícolas e industriais não correrão risco diante da proposta de transposição, pois certamente, retirando-se água para o desvio a ser feito, haverá necessidade de segurar maior quantidade de água no início do rio.

10 - Colocamo-nos à disposição para o diálogo sincero, respeitoso e comprometido com as maiores causas dos nossos cidadãos, base de toda nossa luta.

Montes Claros, 19 de fevereiro de 2005.

Discurso do Sr. Cristóvão Colombo Vita Filho - Tovinho -, Prefeito Municipal de Lassance e Presidente da AMMESF, Proferido durante audiência Pública promovida pela CIPE São Francisco, da Assembléia Legislativa, realizada em Pirapora, em 29/4/2005, transcrito nos anais a partir de requerimento do deputado Gil Pereira

A Associação dos Municípios do Médio São Francisco - AMMESF -, sediada às margens do Velho Chico, diante deste ato cívico sobre a revitalização do rio São Francisco, manifesta publicamente, junto à CIPE São Francisco, o posicionamento dos Prefeitos cujos municípios ficam na bacia e às margens do Médio São Francisco, no Estado de Minas Gerais.

O nosso posicionamento foi o mesmo quando entregamos à Promotoria de Meio Ambiente de Minas Gerais, em fevereiro deste ano, o documento "Manifesto dos Prefeitos do Médio São Francisco sobre o Projeto de Transposição", do qual queremos entregar uma cópia à Presidência da CIPE São Francisco.

Este documento, Srs. Governadores, Sras. e Srs. Deputados e demais autoridades, expressa claramente que não somos totalmente contra a transposição. Mas queremos deixar registrado que, enquanto não houver a revitalização do São Francisco, com a manutenção das matas ciliares de modo a evitar erosões e assoreamento no trecho mineiro, os prejuízos continuarão sendo imensuráveis. Vejam o exemplo do porto de Pirapora, que ficou ocioso por falta de calado no rio.

Se ainda não vimos providências concretas para a revitalização e se até agora não nos foi apresentado um projeto viável e confiável, como podemos falar em transposição? E a que custo?

Não são só os nossos irmãos e irmãs sertanejos que merecem consideração da parte do Governo Federal, mas também os nossos munícipes de Minas, que vivenciam anualmente os danos causados pela seca e o sofrimento de várias famílias, principalmente das carentes, que vêem sua dignidade se perder por causa das intempéries.

Causa preocupação aos Prefeitos do Norte de Minas, onde qualquer dano ao rio São Francisco causará maior impacto, a falta de transparência, que implicaria discutir-se o projeto com os atores mais interessados, ou seja, os barranqueiros. Não podemos concordar com qualquer projeto de afogadilho, sob o risco de condenarmos as futuras gerações. Também não queremos uma postura radical.

O que os Prefeitos da AMMESF defendem é que, primeiro, se promova a revitalização da bacia hidrográfica, para, depois de revigorada esta, permitir-se a discussão sobre a transposição. Nunca é demais lembrar que a revitalização é um processo mais lento. A transposição inclui obras de engenharia, com maior rapidez e sabe-se lá a que custo!

Nos abrimos para dialogar, com sinceridade, respeito e compromisso com as maiores causas dos nossos cidadãos, base de toda a nossa luta.

Receba, portanto, Sr. Presidente, o nosso manifesto, que solicitamos conste nos anais desta audiência pública promovida pela CIPE São Francisco. Muito Obrigado!

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/4/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Ermano Batista

nomeando Cibele Karla de Figueredo Nerêu para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando Marcelo Augusto Magalhães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Alceu José de Resende para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Elson Paulino de Almeida Junior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Virginia de Sá de Palis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Olinto Godinho

exonerando Olivia Maria Amaral Alvim do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Luciana Sousa Simoes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete da Deputada Vanessa Lucas

exonerando, a partir de 9/5/05, Ana Amélia de Oliveira Reis e Castro Ramos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Weliton Gomes Vitor para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2005

Objeto: aquisição de vacina GSK de vírus inativo contra gripe.

Licitante vencedor: Sanofi Pasteur Ltda.

Belo Horizonte, 9 de maio de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 25/5/2005, às 10 horas, Pregão Eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de baterias recarregáveis.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na R. Rodrigues Caldas, 79 - Ed. Tiradentes - 14º andar, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico, no horário das 8h30min às 17h30min. Nesse último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 9 de maio de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches aos prestantes de conservação e limpeza, trabalhadores-mirins e servidores da Assembléia Legislativa. Dotação orçamentária: 01.122.001.2.009.0001 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 63/2004.

ERRATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 4/5/2005

REQUERIMENTOS

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/5/2005, na pág. 37, col. 2, onde se lê:

"Nº 4.638/2005", leia-se:

"Nº 4.639/2005"; e, onde se lê:

"Nº 4.639/2005", leia-se:

"Nº 4.638/2005".

Fica sem efeito a errata publicada na edição de 7/5/2005, na pág. 40, col. 4.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 7/5/05, pág. 40, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Gil Pereira" onde se lê:

"Andrey Michel Vieira Xavier", leia-se:

"Andrei Michel Vieira Xavier".

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 3/5/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 7/5/2005, na pág. 35, cols. 3 e 4, sob o título "SUBSTITUTIVOS AO PROJETO DE LEI Nº 1.830/2004", na autoria dos Substitutos nºs 2 e 3, onde se lê:

"Bloco PT-PCdoB", leia-se:

"Ricardo Duarte".

E, na autoria do Substitutivo nº 4, onde se lê:

"Bloco PT-PCdoB", leia-se:

"André Quintão".